



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TÉCNICOS DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS DIGITAIS,
REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA E DOCUMENTAÇÃO
VISUAL DE IMAGENS DE ALTA RESOLUÇÃO, QUE
ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. TRF2-EOF-2016/00224

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP _____, Tel.: (____) _____, Fax: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a)**. _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2016/00224, em consequência do Pregão Eletrônico nº 090/2016, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/2016, através do despacho nº TRF2-DES-2016/____ lavrado à fl. ____ do Processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar serviços técnicos de captação de imagens digitais, reprodução fotográfica e documentação visual de imagens de alta resolução*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:





1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

1.1 - Prestação de serviços técnicos de captação de imagens digitais, reprodução fotográfica e documentação visual de imagens de alta resolução, com capacidade técnica para suprir as demandas que possam surgir no exercício de 2017, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 090/2016 e seu Anexo I, e na forma estabelecida no presente Contrato.

1.1.1 - Cobertura fotográfica de eventos solenes e institucionais do Contratante;

1.1.2 - Sessões fotográficas a fim de retratar os Desembargadores Federais com o objetivo de complementar/ atualizar a Galeria de Retratos de Desembargadores Federais deste E. Tribunal.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS EM 2017:

2.1.1 - Dos itens compreendidos no serviço de cobertura fotográfica:

2.1.1.1 - Serviço de cobertura fotográfica, prestado por um profissional fotógrafo, utilizando como equipamento câmera digital profissional de alta resolução, com características equivalentes ou superiores a uma máquina DSLR, com resolução a partir de 16 megapixels, com 14 bits de profundidade de cor por canal, para cobrir eventos solenes e institucionais do Contratante, com até 03 (*três*) horas de duração;

2.1.1.2 - A Contratada deve disponibilizar 50 (*cinquenta*) fotografias digitais em condições adequadas de divulgação por serviço, em alta resolução (300 Dpi's, mínimo 2.500 pixels), abrigadas em *pen drive* ou outro meio que permita a gravação do arquivo pela Contratada;

2.1.1.3 - A Contratada deve disponibilizar 20 (*vinete*) fotografias coloridas, com tratamento de imagem, escolhidas pelo Contratante, dentre as 50 (*cinquenta*) fotografias digitais disponibilizadas, conforme subitem 2.1.1.2, no tamanho 15 cm x 21 cm, impressas em papel fotográfico, acondicionadas em álbum adequado, confeccionado em couro ou material semelhante.

2.1.2 - Dos itens compreendidos no serviço de sessão fotográfica:

2.1.2.1 - Serviço de sessão fotográfica individual, prestado por profissional fotógrafo, utilizando como equipamento câmera digital profissional de alta resolução, com características equivalentes ou superiores a uma máquina DSLR, com resolução a partir de 16 megapixels, com 14 bits de profundidade de cor por canal, com até 01 (*uma*) hora de duração, com o objetivo de retratar pessoas, individualmente;

2.1.2.2 - Serviço de sessão fotográfica coletiva, prestado por profissional fotógrafo, utilizando como equipamento câmera digital profissional de alta





resolução, com características equivalentes ou superiores a uma máquina DSLR, com resolução a partir de 16 megapixels, com 14 bits de profundidade de cor por canal, com até 01 (*uma*) hora de duração, com o objetivo de retratar grupos de Magistrados.

2.1.2.3 - Disponibilização de 10 (*dez*) fotografias digitais em condições adequadas de divulgação, por sessão individual ou coletiva, em alta resolução (300 Dpi's, mínimo 2.500 pixels), abrigadas em *pen drive* ou outro meio que permita a gravação do arquivo pela Contratada;

2.1.2.4 - A Contratada deve disponibilizar 01 (*uma*) fotografia colorida, com tratamento de imagem, que será escolhida pelo Contratante, dentre as 10 (*dez*) fotografias digitais disponibilizadas a cada sessão, conforme subitem 2.1.2.3, e impressa em papel fotográfico *couché* fosco pronto para ser emoldurado, no tamanho 30,5 cm x 40 cm.

2.1.3 – Da Execução dos serviços:

2.1.3.1 - Sobre a execução das coberturas fotográficas dos eventos e das sessões fotográficas de retratos individuais e coletivos:

- a) O profissional deve estar presente 01 (*uma*) hora antes do horário agendado para o início do serviço a ser prestados, a fim de obter orientações da Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial da Presidência (AREP) no tocante às fotos;
- b) A fotografia individual dos Desembargadores Federais deve ser tirada de frente, contra fundo a ser escolhido pelo requerente. O rosto e os ombros devem estar completamente enquadrados pela câmera e o requerente deve olhar diretamente para a câmera, não podendo haver reflexos, penumbras ou sombras em nenhuma parte da fotografia;
- c) Poderá haver mais de uma sessão no mesmo dia, em função da disponibilidade das agendas institucionais dos magistrados;
- d) Nas fotografias coletivas, os Desembargadores Federais devem estar inteiramente enquadrados e com o olhar voltado diretamente para a câmera, não podendo haver reflexos, penumbras ou sombras em nenhuma parte da fotografia e nenhum tipo de distorção das imagens;
- e) A cobertura fotográfica dos eventos deverá ser agendada previamente junto à Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial da Presidência - AREP em função do calendário institucional do Contratante e de demandas supervenientes;
- f) As sessões fotográficas deverão ser agendadas previamente junto à Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial da Presidência - AREP, que irá verificar junto aos Desembargadores Federais o melhor dia para a tomada das imagens, podendo ocorrer em quaisquer dias úteis;





g) Não será aceito material que apresente evidências de ter sofrido danos.

2.2 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

2.2.1 - Após a data de realização de cada serviço, a Contratada disporá do prazo de:

a) **07 (sete) dias** - para disponibilizar definitivamente as 50 (*cinquenta*) fotos especificadas no subitem 2.1.1.2;

b) **07 (sete) dias** - para disponibilizar definitivamente as 10 (*dez*) fotos especificadas no subitem 2.1.2.3.

2.2.2 - Após a apresentação das fotos constantes nos itens “a” e “b” do subitem 2.2.1, o Contratante selecionará as 20 (*vinte*) fotos (conforme subitem 2.1.1.3) que deverão ser tratadas antes da impressão, assim como, selecionará 01 (*uma*) foto (conforme subitem 2.1.2.4), que também deverá ser tratada antes da impressão.

2.2.3 - Após a indicação por parte do Contratante acerca das fotos que devem ser tratadas antes da impressão, conforme indicado no subitem 2.2.2, a Contratada terá o prazo de:

a) **20 (vinte) dias** – para submeter à aprovação do Contratante as 20 (*vinte*) fotos tratadas com *software* adequado;

b) **07 (sete) dias** - para submeter à aprovação do Contratante a foto tratada com *software* adequado.

2.2.4 - O prazo final de entrega das imagens impressas, já devidamente tratadas, é de 20 (*vinte*) dias úteis, contados a partir da aprovação das imagens, por parte do Contratante.

2.2.5 - A entrega das fotografias impressas e dos arquivos deverá ser realizada na Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial da Presidência – AREP, situada na Rua do Acre, nº 80 - 20º andar - sala 2001A – Centro - Rio de Janeiro/RJ;

2.2.2.1 - A entrega, mencionada no subitem anterior, deverá ser agendada com antecedência mínima de 48 (*quarenta e oito*) horas, de 2ª a 6ª feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, através dos telefones (21) 2282-8181 e (21) 2282-8389.

2.3 – LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.3.1 - **Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Sede)** – Rua do Acre, nº 80 - Centro/Rio de Janeiro – RJ / Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Administrativo) – Rua Dom Gerardo, nº 46 - Centro/Rio de Janeiro – RJ;





2.3.2 - **Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Administrativo)** – Rua Beneditinos, nº 24 - Centro/Rio de Janeiro – RJ / Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Foro da Capital - Desembargadora Federal Marilena Franco) – Avenida Venezuela, nº 134 - Centro/Rio de Janeiro – RJ;

2.3.3 - **Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Foro da Capital)** – Avenida Rio Branco, nº 243 - Centro/Rio de Janeiro – RJ;

2.3.4 **Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Sede Administrativa)** – Avenida Almirante Barroso, nº 78 - Centro/Rio de Janeiro – RJ;

2.3.5 - **Centro Cultural Justiça Federal** – Av. Rio Branco, nº 241 – Centro Rio de Janeiro – RJ.

2.4 – DA PREVISÃO QUANTITATIVA DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017:

SUBITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE EVENTOS	QUANTIDADE ESTIMADA DE SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS EM 2017
2.4.1	Posse de Desembargadores Federais e Juizes	02	Máximo de 10 (dez) serviços de cobertura fotográfica (saídas) para evento com 03 (três) horas de duração (conf. subitem 2.1.1 desta Cláusula)
2.4.2	Encontro de Servidores - Data Vênia (continuação) e Bóton	02	
2.4.3	Solenidades de Homenagem Magistrados / Servidores	02	
2.4.4	Visita Institucional de autoridades do Poder Judiciário e de outros órgãos	01	
2.4.5	Encerramento do ano	01	
2.4.6	Eventos em geral em imprevistos	02	Máximo de 05 (cinco) serviços de sessões fotográficas para retratar Desembargadores Federais, com duração máxima de 01 (uma) hora (conf. subitem 2.1.2 desta Cláusula)
2.4.7	Galeria de retratos dos Desembargadores Federais da 2ª Região	05	

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.2 – É vedado à Contratada transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente Contrato.

3.3 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

3.4 - A Contratada deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.





3.5 - A Contratada executará os serviços de maneira a não interferir nas atividades do Contratante.

3.6 – A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

3.7 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

3.8 - A Contratada deve ceder o direito de uso das imagens impressas e digitais, que sejam demandadas em 2017, dos quantitativos estimados neste Contrato, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado em publicações, publicidade, exposições, *internet* e quaisquer outros meios que o projeto desejar, sem qualquer restrição, mas reservado o direito ao crédito do autor.

3.9 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - DO PREÇO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (estimada)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Serviços de cobertura fotográfica (conf. subitens 2.1.1 e 2.4.1 a 2.4.6 deste Contrato)	10		
02	Serviços de sessão fotográfica individual (conf. subitens 2.1.2 e 2.4.7 deste Contrato)	05		
VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO				

Obs.: Código SIASG 6050

4.1.1 - O valor GLOBAL estimado deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

4.1.2 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas indispensáveis à perfeita execução do objeto contratado;

4.1.2.1 – No caso de profissional autônomo, o valor de 20% (*vinte por cento*), correspondente à contribuição previdenciária, a cargo do Contratante, nos termos do art. 72, inciso I, da IN nº 971/2009 da Receita Federal, e o custo efetivo dos serviços devem constar separadamente da proposta, prevista na alínea “b”, do item 8.1, deste Contrato.

4.1.3 – Os preços são fixos e irrevogáveis.





4.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.2.1 - Os pagamentos à Contratada serão efetuados após a realização de cada evento e entrega do respectivo material, através de ordem bancária e depósito em conta corrente à vista do documento fiscal ou RPA (Recibo de Pagamento a Autônomo) apresentado pelo(a) Contratado(a), devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal, para valores inferiores a R\$ 8.000,00 (*oito mil reais*), ou em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, para valores superiores a R\$ 8.000,00 (*oito mil reais*), **sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.**

4.2.1.1 – No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

4.2.1.2 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 4.2.1.1, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal ou RPA de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

4.2.2 – O documento fiscal ou RPA deverá ser entregue no Núcleo de Compras do Contratante, situado na Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas.

4.2.3 – Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

4.2.3.1 – A Contratada optante pelo SIMPLES para fins do disposto no subitem anterior deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

4.2.4 - Para fins do disposto no subitem 4.2.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da ordem bancária.

4.2.5 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

4.2.5.1 – A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

4.2.6 – O documento fiscal ou RPA que for apresentado com erro será devolvido ao/à Contratado(a) para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 4.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.





5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	PTR	Elemento de Despesa	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	107.765	3.3.90.39.59	

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES:

6.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

6.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

6.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago ao Contratado inadimplente.

6.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

6.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

6.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 6.3 e 6.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

6.6 - Se as multas dispostas nos itens 6.3 e 6.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

6.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.





6.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

6.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

6.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

6.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

6.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

6.12.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO:

7.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

7.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

8.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem às estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 090/2016 e seu Anexo I;





- b) Proposta datada de __/__/2016 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados, juntada às fls. __/__/ do Processo;

8.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

9- CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

9.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, os serviços objeto do presente Contrato serão recebidos, mediante recibo, da seguinte forma:

9.1.1 - **Definitivamente** – no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da emissão do atesto do documento correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.

9.2 – O Recibo será emitido pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do presente Contrato.

9.3 - O recebimento definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído pelo seu suplente, também designado.

10.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

10.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

10.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

10.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados;

10.2.4 – Na hipótese de serem necessários serviços não previstos ou modificações, para mais ou para menos, nas especificações fornecidas pelo Contratante, a Contratada somente poderá fazê-lo, observado o disposto nos itens 13.2 e 13.3 da Cláusula Décima Terceira deste Contrato e no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.





11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:

11.1 - O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, inclusive, estendendo-se até 31/12/2017, inclusive.

11.2 - O prazo de garantia dos serviços é de __ (____) meses, *Ino mínimo, 12 (doze) meses, conforme Proposta*], contado a partir da data de emissão do Recibo, previsto no item 9.2 deste Contrato.

11.2.1 - Durante o período de garantia previsto no item anterior, a Contratada deverá prestar assistência técnica gratuita;

11.2.2 - No caso dos arquivos das fotografias, durante o período de garantia, a Contratada deverá, no prazo máximo de 48 (*quarenta e oito*) horas, contado a partir da solicitação, atender ao chamado técnico solicitado pelo Contratante e corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias, quaisquer defeitos e anomalias que venham a prejudicar as imagens resultantes dos arquivos;

11.2.3 - No caso das fotografias impressas, durante o período de garantia, a Contratada deverá, no prazo máximo de 48 (*quarenta e oito*) horas, contado a partir da solicitação, atender ao chamado técnico solicitado pelo Contratante e realizar, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias, as substituições, se forem necessárias, em função de:

11.2.3.1 - deterioração precoce das imagens, de responsabilidade da Contratada, sem ônus para o Contratante, até o limite 03 (*três*) reproduções por imagem;

11.2.3.2 - solicitação de Magistrado, sem ônus para o Contratante, até o limite de 03 (*três*) reproduções por imagem.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

12.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da empresa, devidamente assinado, carimbado e datado.

12.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

13.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 10192 de 14/02/2001 e Lei nº 9.069 de 29/06/95.

13.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.





13.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

13.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar, Centro/RJ), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de .

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretora Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

